

GESTÃO ESCOLAR, INDISCIPLINA E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS DIANTE DA CRISE DE VALORES

Carlos José de Melo Moreira¹, Verônica Lima Carneiro Moreira², Elidiane de Maria Protasio Carmo^{1,2}

¹*Universidade Federal do Maranhão, São Luís do Maranhão, Brasil (carlos.moreira@ufma.br)*

²*Universidade Federal do Maranhão, São Luís do Maranhão, Brasil (veronica.carneiro@ufma.br)*

Resumo: Esta pesquisa analisa a relação entre gestão escolar, indisciplina e dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, considerando mediações pedagógicas em contextos de crise de valores. Adota abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada em estudos sobre gestão democrática, cultura institucional e convivência escolar. Conclui que a gestão escolar exerce função estratégica na organização do trabalho pedagógico e na garantia do direito à aprendizagem.

Palavras-chave: Formação ética; Aprendizagem escolar; Cultura institucional; Mediação pedagógica; Respeito às diferenças.

1. INTRODUÇÃO

As séries iniciais do ensino fundamental constituem uma importante etapa da educação básica, pois nelas se estruturam aprendizagens essenciais, valores éticos e formas de convivência que influenciam profundamente o percurso escolar dos estudantes. É nesse período que se intensificam os processos de alfabetização, a consolidação de habilidades cognitivas fundamentais e a internalização de normas institucionais que orientam a vida escolar. Nesse contexto, a recorrência de situações de indisciplina e de dificuldades de aprendizagem tem se configurado como um dos principais desafios enfrentados pelas escolas públicas brasileiras.

Historicamente, a indisciplina escolar foi compreendida a partir de perspectivas normativas e punitivas, frequentemente associadas à ausência de limites individuais ou à fragilidade das estruturas familiares. De modo semelhante, as dificuldades de aprendizagem foram, por longo tempo, interpretadas como déficits cognitivos ou problemas estritamente individuais, o que resultou em práticas excludentes, estigmatização dos estudantes e

processos de medicalização precoce. Tais abordagens revelam-se insuficientes para compreender a complexidade dos fenômenos escolares, uma vez que desconsideram as dimensões pedagógicas, institucionais, sociais e culturais que atravessam o cotidiano das escolas.

No cenário contemporâneo, marcado por profundas transformações sociais, pela ampliação do acesso às tecnologias digitais, pela pluralização de referências culturais e pela fragilização de valores éticos compartilhados, intensifica-se o debate sobre uma crise de valores que incide diretamente sobre as relações escolares. Essa crise manifesta-se no enfraquecimento dos vínculos educativos, na dificuldade de construção da autoridade pedagógica, no aumento de conflitos interpessoais e na tensão entre normas institucionais e experiências sociais dos estudantes. Esses elementos impactam o clima escolar e interferem diretamente nos processos de aprendizagem, sobretudo nas séries iniciais do ensino fundamental.

Nesse contexto, a gestão escolar assume função central. Para além de práticas administrativas, a gestão exerce função pedagógica, política e ética, sendo responsável pela organização do projeto político-pedagógico, pela coordenação do trabalho coletivo, pela mediação de conflitos e pela construção de uma cultura institucional democrática. A forma como a gestão escolar compreende e enfrenta a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem influencia diretamente a qualidade das relações escolares, o ambiente educativo e a efetivação do direito à aprendizagem.

Estudos contemporâneos indicam que comportamentos indisciplinados frequentemente se articulam a dificuldades de aprendizagem, práticas pedagógicas pouco significativas, sentimentos de não pertencimento e ausência de mediações institucionais eficazes. Assim, indisciplina e dificuldades de aprendizagem configuram-se como fenômenos inter-relacionados, que exigem respostas pedagógicas integradas e institucionalmente articuladas, superando abordagens individualizantes e moralizantes.

Diante desse cenário, esta pesquisa orienta-se pela seguinte questão: como a gestão escolar pode mediar pedagogicamente as situações de

indisciplina e as dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, diante dos desafios impostos pela crise contemporânea de valores?

A partir dessa problemática, o objetivo geral da pesquisa é analisar a função da gestão escolar na mediação pedagógica da indisciplina e das dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, em contextos marcados pela crise de valores. Como objetivos específicos, buscase: a) examinar os fundamentos teóricos que articulam gestão escolar, indisciplina e dificuldades de aprendizagem no contexto do ensino fundamental; b) analisar como a crise de valores se manifesta no cotidiano escolar e impacta o clima institucional e os processos de aprendizagem; c) identificar estratégias de mediação pedagógica adotadas pela gestão escolar para o enfrentamento da indisciplina e das dificuldades de aprendizagem.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por possibilitar a compreensão aprofundada de fenômenos educacionais complexos, contextualizados e historicamente situados. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa permite apreender significados, valores, percepções e relações sociais que não podem ser reduzidos a indicadores numéricos, sendo particularmente adequada para investigações no campo educacional. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, orientada por uma perspectiva interpretativa.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise crítica de produções acadêmicas que discutem gestão escolar democrática, indisciplina, dificuldades de aprendizagem, cultura institucional e educação moral. Segundo Severino (2016), a pesquisa bibliográfica constitui etapa essencial da investigação científica, pois possibilita a construção de um referencial teórico consistente e crítico. Do ponto de vista epistemológico, o estudo ancora-se também nas contribuições de Gamboa (2012), que compreende a pesquisa educacional como prática social situada, na qual as escolhas metodológicas expressam concepções de conhecimento, de educação e de sociedade.

Complementarmente, dialoga-se com Bogdan e Biklen (1994), que destacam a centralidade do contexto e da interpretação na pesquisa qualitativa,

bem como Flick (2009), ao enfatizar a importância da triangulação teórica e metodológica para a compreensão de fenômenos sociais complexos. As reflexões de Creswell (2014) também subsidiam a opção metodológica, ao compreender a pesquisa qualitativa como processo investigativo que busca interpretar significados atribuídos pelos sujeitos e pelas instituições às suas práticas.

A pesquisa documental contempla a análise de marcos normativos da educação brasileira, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Base Nacional Comum Curricular de 2017, compreendidos como expressões políticas e pedagógicas que orientam a organização do trabalho escolar e a convivência institucional. A análise dos dados fundamenta-se em procedimentos de leitura exploratória, categorização temática e interpretação, conforme orienta Bardin (2016), permitindo identificar concepções, tensões e possibilidades de atuação da gestão escolar diante da indisciplina e das dificuldades de aprendizagem.

A relevância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de superar abordagens punitivas, individualizantes e medicalizantes da indisciplina e das dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental. Ao enfatizar a função social da gestão escolar e das mediações pedagógicas, a pesquisa contribui para uma compreensão institucional e formativa desses fenômenos, oferecendo subsídios teóricos para gestores, professores e coordenadores pedagógicos comprometidos com a construção de ambientes escolares éticos, democráticos e favoráveis à aprendizagem.

O artigo está organizado em cinco seções. A primeira corresponde a esta introdução. A segunda discute a relação entre gestão escolar, cultura institucional e convivência escolar. A terceira analisa a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental. A quarta aborda as mediações pedagógicas e a função social da gestão escolar diante da crise de valores. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, sintetizando as principais discussões, análises e conclusões.

2. GESTÃO ESCOLAR, CULTURA INSTITUCIONAL E CONVIVÊNCIA ESCOLAR

O objetivo desta seção é analisar a relação entre gestão escolar, cultura institucional e convivência escolar, evidenciando como a atuação da gestão influencia a organização das relações, a mediação de conflitos e a construção de ambientes escolares pautados em valores democráticos, éticos e formativos, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

A convivência escolar constitui eixo estruturante da vida cotidiana das instituições educativas, sobretudo nas séries iniciais, etapa em que se constroem referências de socialização, pertencimento e internalização de normas coletivas. Nesse período, a escola desempenha função decisiva na formação de atitudes, valores e modos de relação. Os modos de organização institucional, as práticas de gestão e as relações entre gestores, professores, estudantes e famílias impactam diretamente o clima escolar, os processos de aprendizagem e a emergência de situações de indisciplina. Por isso, compreender a articulação entre gestão escolar, cultura institucional e convivência escolar é fundamental para analisar desafios educacionais contemporâneos.

O problema que orienta esta seção reside na constatação de que práticas de gestão centradas exclusivamente em aspectos administrativos ou normativos fragilizam a construção de uma cultura institucional democrática e dialógica. Quando a gestão se distancia das dimensões pedagógica, relacional e ética do trabalho escolar, intensificam-se conflitos, respostas punitivas e ações fragmentadas diante da indisciplina, comprometendo o ambiente educativo e o direito à aprendizagem. Nessa perspectiva, a convivência escolar não pode ser atribuída à responsabilidade individual de professores ou estudantes, mas compreendida como resultado de processos institucionais mediados pela gestão.

A literatura educacional ressalta que a gestão escolar exerce função decisiva na constituição da cultura institucional. Paro (2016) afirma que a gestão democrática da escola pública deve orientar-se pela participação coletiva e pela função social da educação, superando práticas autoritárias e

burocráticas. Para o autor, a cultura institucional se constrói nas relações cotidianas, nos processos decisórios e no reconhecimento dos sujeitos como parte da instituição. Assim, a convivência escolar emerge como expressão concreta da cultura organizacional da escola.

A cultura institucional pode ser entendida como o conjunto de valores, crenças, normas, práticas e significados compartilhados que orientam a vida escolar. Libâneo (2018) destaca que essa cultura influencia as interações entre gestores, professores, estudantes e famílias, afetando o clima escolar e os processos pedagógicos. Quando marcada por práticas autoritárias ou desarticuladas, tende a produzir conflitos e indisciplina; quando fundamentada no diálogo, na participação e na corresponsabilidade, favorece a convivência, o engajamento discente e a construção de vínculos pedagógicos significativos.

No âmbito da convivência escolar, Estrela (2002) ressalta que a indisciplina não deve ser analisada apenas como transgressão de regras, mas como fenômeno relacional e institucional. A autora afirma que “a indisciplina é, muitas vezes, um sintoma de disfunções da organização escolar e das relações pedagógicas” (Estrela, 2002, p. 45). Essa compreensão desloca o foco da responsabilização individual do estudante para a análise das condições institucionais e pedagógicas que favorecem ou inibem comportamentos indisciplinados.

Nesse cenário, a gestão escolar assume função estratégica na mediação de conflitos e na organização de práticas de convivência. Vasconcellos (2019) defende que a construção da disciplina consciente pressupõe participação na definição de normas, vínculos pedagógicos consistentes e coerência entre discurso institucional e práticas cotidianas. Para o autor, a disciplina não se impõe por mecanismos punitivos, mas se constrói por processos educativos baseados em escuta, diálogo e corresponsabilidade, nos quais a gestão exerce papel articulador.

Estudos sobre clima escolar reforçam que a qualidade das relações institucionais interfere diretamente nos processos de aprendizagem. Zabala (1998) afirma que a organização do trabalho pedagógico e a forma como a escola lida com conflitos, regras e diferenças influenciam o desenvolvimento

cognitivo, social e emocional dos estudantes. Assim, a convivência escolar não pode ser dissociada das práticas pedagógicas nem da atuação da gestão na coordenação do trabalho coletivo e na construção de um projeto institucional coerente.

Do ponto de vista ético e formativo, a convivência escolar constitui espaço privilegiado de aprendizagem de valores. A Base Nacional Comum Curricular destaca competências relacionadas ao respeito, à empatia, à cooperação e à responsabilidade, reconhecendo a escola como espaço central da formação integral (Brasil, 2017). A efetivação desses princípios, contudo, depende da capacidade da gestão de promover práticas institucionais coerentes, evitando contradições entre o discurso normativo e o cotidiano escolar.

Nesse sentido, a gestão escolar afirma-se como instância mediadora da cultura institucional, responsável por criar condições para o diálogo, a participação e a abordagem pedagógica dos conflitos. Lück (2024) sustenta que a liderança da gestão deve comprometer-se com a constituição de um ambiente institucional saudável, no qual a convivência seja reconhecida como dimensão formativa, e não como mero controle disciplinar. O investimento nas relações interpessoais, na escuta qualificada e na construção coletiva de normas fortalece o compromisso com a aprendizagem e com o projeto educativo.

A análise evidencia, por fim, que a convivência escolar não é espontânea, mas expressão das escolhas políticas, pedagógicas e organizacionais mediadas pela gestão. Paro (2016) argumenta que práticas orientadas por princípios democráticos favorecem uma cultura institucional baseada no respeito mútuo, na corresponsabilidade e na legitimidade das decisões coletivas. Em contrapartida, modelos autoritários ou punitivos produzem ambientes tensionados, intensificando a indisciplina e fragilizando os processos educativos. Assim, compreender a relação entre gestão escolar, cultura institucional e convivência escolar é passo fundamental para analisar a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem, pois tais fenômenos refletem contextos institucionais que produzem pertencimento ou exclusão,

reconhecimento ou silenciamento. Analisar a convivência é, portanto, interrogar a própria qualidade social da escola.

3. INDISCIPLINA E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Esta seção tem como objetivo analisar a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental como fenômenos inter-relacionados, compreendendo-os para além de explicações individualizantes ou estritamente comportamentais, a partir de fundamentos pedagógicos, psicopedagógicos e institucionais. Parte-se do pressuposto de que tais fenômenos expressam tensões do cotidiano escolar e, por isso, demandam mediações educativas articuladas ao projeto político-pedagógico e à cultura institucional da escola.

As séries iniciais do ensino fundamental constituem um período decisivo da escolarização, no qual se consolidam aprendizagens básicas, como alfabetização e letramento, e se estruturam atitudes, valores e modos de convivência. Nesse contexto, a recorrência de comportamentos classificados como indisciplina e de dificuldades persistentes de aprendizagem tem se apresentado como desafio pedagógico central. Conforme observa Estrela (2002), a indisciplina escolar não pode ser reduzida a um desvio de conduta, pois envolve relações pedagógicas, normas institucionais e condições socioculturais que atravessam a vida escolar.

Historicamente, a indisciplina foi frequentemente atribuída à falta de limites individuais ou à fragilidade da autoridade docente, enquanto as dificuldades de aprendizagem foram interpretadas como déficits cognitivos ou problemas de ordem biológica. Essas leituras tendem a reforçar práticas excludentes e a medicalização precoce, ao deslocarem a análise das condições de ensino e das mediações institucionais. Weiss (2012) critica essa perspectiva ao defender que dificuldades de aprendizagem devem ser compreendidas como fenômenos multifatoriais, resultantes da interação entre sujeito, práticas pedagógicas e contexto escolar. Nessa direção, a autora

afirma que “compreender a aprendizagem implica considerar o sujeito em sua totalidade, em relação com o meio em que vive” (Weiss, 2012, p. 34).

Do ponto de vista pedagógico, estudos indicam que comportamentos de indisciplina, sobretudo nas séries iniciais, podem se vincular a dificuldades de aprendizagem não reconhecidas ou inadequadamente mediadas. Vasconcellos (2019) argumenta que a indisciplina pode expressar desinteresse, frustração ou sentimento de incapacidade diante de exigências escolares, especialmente quando o ensino se mostra pouco significativo e distante das experiências dos estudantes. Nessa perspectiva, indisciplina e dificuldades de aprendizagem não devem ser tratadas como problemas paralelos, mas como manifestações de um mesmo quadro educativo fragilizado.

A contribuição psicopedagógica é relevante ao deslocar o foco do problema do aluno para a análise das condições de ensino e aprendizagem. Para Weiss (2012), a leitura psicopedagógica possibilita identificar como metodologias inadequadas, expectativas desajustadas ao nível de desenvolvimento e práticas pouco sensíveis às necessidades infantis podem produzir, simultaneamente, dificuldades de aprendizagem e reações comportamentais interpretadas como indisciplina. Com isso, ampliam-se as possibilidades de intervenção pedagógica e reduzem-se interpretações moralizantes e estigmatizantes.

Na mesma direção, Paro (2016) sustenta que a indisciplina precisa ser analisada no interior da escola como instituição social, cujas formas de organização, controle e participação influenciam o clima escolar e a adesão dos estudantes ao processo educativo. Quando os alunos não se reconhecem como sujeitos do trabalho escolar, tendem a expressar resistência, desmotivação e comportamentos de oposição, frequentemente classificados como indisciplina, o que pode indicar relações pedagógicas pouco dialógicas e uma cultura institucional que não favorece pertencimento. Estrela (2002) e Vasconcellos (2019) reforçam essa leitura ao situarem a indisciplina como fenômeno relacional e institucional, e não como falha moral individual.

No que se refere às dificuldades de aprendizagem, Zabala (1998) destaca que elas não podem ser dissociadas das escolhas metodológicas e

organizacionais da escola. Currículos rígidos, práticas homogêneas e avaliações padronizadas desconsideram ritmos e modos de aprender, produzindo fracasso escolar e, muitas vezes, desajustes de comportamento. Nesse cenário, dificuldades de aprendizagem e indisciplina podem se retroalimentar: o insucesso reiterado fragiliza vínculos com o saber e com a escola, enquanto conflitos recorrentes comprometem as condições de aprendizagem.

A literatura também aponta incidências de fatores externos, como desigualdades sociais, vulnerabilidade econômica e fragilização de vínculos familiares, sobre comportamento e aprendizagem. Contudo, atribuir exclusivamente a esses fatores a origem da indisciplina e das dificuldades de aprendizagem significa desresponsabilizar a instituição escolar. Estrela (2002) adverte que, sem negar as condições sociais, a escola deve assumir sua função social formativa, mediando conflitos e construindo normas de convivência ancoradas no diálogo e no respeito.

Assim, compreender indisciplina e dificuldades de aprendizagem como fenômenos institucionais implica reconhecer a centralidade das mediações pedagógicas e da atuação coletiva da escola. A ausência de estratégias institucionais, de formação continuada e de espaços sistemáticos de reflexão tende a reforçar respostas punitivas e imediatistas, que pouco contribuem para superar os problemas. Como adverte Vasconcellos (2019), práticas disciplinares centradas na punição não promovem aprendizagem moral nem fortalecem a autonomia. Nesse sentido, a próxima seção aprofunda a discussão sobre mediações pedagógicas e gestão escolar diante da crise contemporânea de valores, examinando estratégias formativas para enfrentar esses desafios no cotidiano escolar.

4. MEDIAÇÕES PEDAGÓGICAS E GESTÃO ESCOLAR DIANTE DA CRISE DE VALORES

Esta seção tem como objetivo analisar a função da gestão escolar e das mediações pedagógicas no enfrentamento da indisciplina e das dificuldades de

aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, considerando o contexto contemporâneo marcado por uma crise de valores. Parte-se do entendimento de que a escola exerce não apenas uma função instrucional, mas também uma função ética, social e formativa, cabendo à gestão escolar organizar práticas educativas que promovam a convivência democrática, o respeito mútuo e a garantia do direito à aprendizagem.

No âmbito desta pesquisa, a crise de valores é compreendida como o enfraquecimento de referenciais éticos coletivamente partilhados, a instabilidade das normas de convivência e a fragilização dos vínculos sociais que sustentam a vida em comum. Tal fenômeno relaciona-se às transformações culturais da modernidade tardia, caracterizadas pela fluidez das relações sociais (Bauman, 2001) e pela perda de sentido das instituições historicamente responsáveis pela formação das novas gerações (Arendt, 2007).

No contexto escolar, essa crise manifesta-se na dificuldade de legitimação da autoridade pedagógica, na tensão recorrente entre liberdade e normatividade e na fragmentação das responsabilidades educativas entre escola, família e sociedade (La Taille, 2009; Dubet, 2011). Esses elementos impactam diretamente o clima institucional e interferem nos processos de socialização e aprendizagem, tornando mais complexa a mediação dos conflitos cotidianos e a construção de relações educativas estáveis.

Pesquisadores do campo da educação ética e moral, como Cortina (2010), ao discutir a ética da responsabilidade e da cidadania democrática, e Charlot (2000), ao analisar a relação dos sujeitos com o saber e com os valores que atravessam a experiência escolar, indicam que tais dinâmicas incidem diretamente sobre o clima institucional e as aprendizagens. A ausência de referenciais éticos compartilhados fragiliza os vínculos escolares e compromete o sentido formativo da educação, exigindo da escola uma atuação intencional na formação moral e cidadã. Nesse cenário, a gestão escolar assume função estratégica ao promover práticas pedagógicas que ressignifiquem valores como respeito, responsabilidade, diálogo, solidariedade e justiça, articulando formação ética e direito à aprendizagem.

A noção de crise de valores tem sido mobilizada no campo educacional para caracterizar não apenas comportamentos considerados inadequados, mas, sobretudo, a perda de sentido atribuída ao processo educativo, o desengajamento discente e a tensão entre normas escolares e experiências sociais externas à escola. Para Charlot (2000), a relação do aluno com o saber está profundamente vinculada ao significado que a escola assume em sua trajetória, o que permite compreender que indisciplina e dificuldades de aprendizagem se articulam a processos mais amplos de desvalorização simbólica da instituição escolar.

Diante desse quadro, a gestão escolar ocupa posição central na construção de respostas pedagógicas que superem abordagens punitivas, fragmentadas e descontextualizadas. Paro (2016) sustenta que a gestão democrática da escola pública deve orientar-se pela participação, pelo diálogo e pela construção coletiva do projeto político-pedagógico, compreendendo a disciplina não como mecanismo de controle, mas como condição para a convivência e para o trabalho educativo. Nessa perspectiva, a autoridade escolar se legitima quando fundamentada em práticas democráticas e em relações pedagógicas que reconhecem o estudante como sujeito de direitos e deveres.

As mediações pedagógicas configuram-se, assim, como estratégias fundamentais para enfrentar a crise de valores no espaço escolar. Mediar pedagogicamente implica criar condições para que conflitos sejam compreendidos como oportunidades formativas, e não apenas como desvios a serem reprimidos. Vasconcellos (2019) afirma que a construção da disciplina consciente exige processos educativos contínuos, nos quais normas e limites sejam discutidos, compreendidos e internalizados, articulando autoridade pedagógica e diálogo. Cabe à gestão escolar favorecer práticas institucionais que promovam corresponsabilidade, protagonismo estudantil e construção coletiva das regras de convivência.

Do ponto de vista da aprendizagem, as mediações pedagógicas também desempenham função decisiva na superação de dificuldades recorrentes nas séries iniciais. Zabala (1998) destaca que ensinar envolve organizar situações

de aprendizagem significativas, capazes de mobilizar conhecimentos, valores e atitudes. Práticas pedagógicas descontextualizadas tendem a produzir desmotivação, fracasso escolar e comportamentos de resistência. A gestão escolar, ao articular currículo, formação docente e acompanhamento pedagógico, pode criar condições institucionais mais sensíveis às necessidades dos estudantes.

A psicopedagogia contribui para esse debate ao oferecer instrumentos teóricos e metodológicos para compreender a aprendizagem em sua complexidade. Weiss (2012) enfatiza que a intervenção psicopedagógica deve considerar as dimensões cognitivas, afetivas e sociais do sujeito, evitando leituras reducionistas das dificuldades de aprendizagem. No contexto da crise de valores, essa abordagem permite compreender como sentimentos de insegurança, desvalorização ou não pertencimento podem se expressar tanto em dificuldades cognitivas quanto em comportamentos indisciplinados.

Por fim, Puig (2007), La Taille (2009) e Cortina (2010) ressaltam que a escola exerce função decisiva na formação ética, ao constituir-se como espaço de aprendizagem da convivência, do respeito às normas coletivas e do reconhecimento do outro como sujeito de direitos. Para Puig (2004), a educação moral se constrói na vivência cotidiana de relações justas e solidárias. Assim, ao assumir uma postura democrática, formativa e ética, a gestão escolar pode transformar conflitos em processos educativos e promover aprendizagens significativas, mesmo em contextos marcados pela crise de valores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como questão norteadora compreender como a gestão escolar pode mediar pedagogicamente as situações de indisciplina e as dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental diante dos desafios impostos pela crise contemporânea de valores. As análises desenvolvidas evidenciaram que tais mediações não se resumem a ações pontuais ou a respostas disciplinares imediatas, mas configuram processos

institucionais, pedagógicos e éticos, vinculados ao projeto político-pedagógico e à função social formativa da escola.

As discussões da segunda seção mostraram que a gestão escolar ocupa lugar decisivo na constituição da cultura institucional e na organização da convivência. Quando orientada por princípios democráticos, favorece relações pautadas no diálogo, na participação e na corresponsabilidade, produzindo condições para um clima escolar mais acolhedor e propício à aprendizagem. Nessa perspectiva, a convivência ultrapassa o cumprimento formal de normas e se afirma como dimensão formativa, relacionada à construção de valores, atitudes e vínculos cotidianos. Assim, a forma como a escola se organiza institucionalmente incide diretamente sobre como conflitos, comportamentos indisciplinados e dificuldades de aprendizagem são compreendidos e enfrentados.

Na terceira seção, indisciplina e dificuldades de aprendizagem foram compreendidas como fenômenos inter-relacionados, atravessados por dimensões pedagógicas, afetivas, sociais e culturais. Evidenciou-se que práticas pouco significativas, fragilização dos vínculos escolares e ausência de mediações institucionais consistentes podem alimentar tanto a indisciplina quanto o insucesso escolar. Desse modo, tais fenômenos deixam de ser explicados como problemas exclusivamente comportamentais ou déficits individuais, passando a ser entendidos como expressões de um contexto escolar que demanda reorganização pedagógica e relacional.

A quarta seção aprofundou essa leitura ao situar esses desafios no quadro mais amplo da crise de valores, marcada pelo enfraquecimento de referenciais éticos compartilhados, pela instabilidade das normas de convivência e por tensões nas relações interpessoais. Nesse cenário, destacou-se a relevância das mediações pedagógicas para transformar conflitos em oportunidades educativas. A gestão mostrou-se decisiva ao articular autoridade pedagógica e diálogo, formação ética e aprendizagem, evitando respostas punitivas, excludentes ou medicalizantes.

Contudo, evidencia-se que a gestão escolar pode mediar pedagogicamente a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem ao assumir

uma prática intencional, democrática e formativa, orientada pela construção de uma cultura institucional ética e inclusiva. Essa mediação envolve organizar o trabalho pedagógico, fortalecer o coletivo escolar, investir em formação continuada, dialogar com famílias e estudantes e instituir estratégias de convivência que promovam pertencimento e respeito mútuo.

Esta pesquisa teve como questão norteadora compreender como a gestão escolar pode mediar pedagogicamente as situações de indisciplina e as dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental diante dos desafios impostos pela crise contemporânea de valores. As análises desenvolvidas ao longo da pesquisa evidenciaram que tais mediações não podem ser compreendidas como ações pontuais ou respostas disciplinares imediatas, mas como processos institucionais, pedagógicos e éticos, articulados ao projeto político pedagógico da escola e à sua função social formativa.

As discussões da segunda seção demonstraram que a gestão escolar ocupa posição central na constituição da cultura institucional e na organização da convivência escolar. Quando orientada por princípios democráticos, a gestão favorece relações pautadas no diálogo, na participação e na corresponsabilidade, criando condições para um clima escolar mais acolhedor e propício à aprendizagem. Nessa perspectiva, a convivência escolar ultrapassa o cumprimento formal de normas e passa a ser compreendida como dimensão formativa, relacionada à construção de valores, atitudes e vínculos cotidianos. A organização institucional da escola influencia diretamente a forma como conflitos, comportamentos indisciplinados e dificuldades de aprendizagem são percebidos e enfrentados.

Na terceira seção, a análise da indisciplina e das dificuldades de aprendizagem permitiu compreendê-las como fenômenos inter-relacionados, atravessados por dimensões pedagógicas, afetivas, sociais e culturais.

Evidenciou-se que práticas pedagógicas pouco significativas, a fragilização dos vínculos escolares e a ausência de mediações institucionais consistentes podem contribuir tanto para a indisciplina quanto para o insucesso escolar. Dessa forma, esses fenômenos deixam de ser explicados exclusivamente como problemas comportamentais ou déficits individuais, passando a ser entendidos como expressões de um contexto institucional que demanda reorganização pedagógica e relacional.

A quarta seção aprofundou essa análise ao situar a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem no contexto mais amplo de uma crise de valores, caracterizada pelo enfraquecimento de referenciais éticos compartilhados, pela instabilidade das normas de convivência e pelas tensões nas relações interpessoais. Nesse cenário, destacou-se a relevância das mediações pedagógicas como estratégias capazes de transformar conflitos em oportunidades educativas. A gestão escolar mostrou-se decisiva ao articular autoridade pedagógica e diálogo, formação ética e aprendizagem, evitando abordagens punitivas, excludentes ou medicalizantes.

Diante dessas discussões, evidencia-se que a gestão escolar pode mediar pedagogicamente a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem ao assumir uma prática intencional, democrática e formativa, orientada pela construção de uma cultura institucional ética e inclusiva. Essa mediação envolve a organização do trabalho pedagógico, o fortalecimento do coletivo escolar, a formação continuada dos professores, o diálogo com as famílias, as crianças e a implementação de estratégias de convivência que promovam pertencimento e respeito mútuo.

Ademais, a gestão escolar desempenha função estratégica quando compreende a indisciplina e as dificuldades de aprendizagem como desafios institucionais e pedagógicos. Ao articular práticas coerentes com valores democráticos e com a formação integral dos estudantes, contribui para a garantia do direito à aprendizagem e para a construção de ambientes escolares mais justos, formativos, solidários, inclusivos e comprometidos com a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CORTINA, Adela. **Ética mínima: introdução à filosofia prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- DUBET, François. **O declínio da instituição**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ESTRELA, Maria Teresa. **Indisciplina na escola**. Porto: Porto Editora, 2002.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.
- LA TAILLE, Yves de. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.
- LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- PUIG, Josep Maria. **Aprender a viver**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PUIG, Josep Maria. **Educação moral e cidadania**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 4. ed. São Paulo: Libertad, 2019.
- WEISS, Maria Lúcia Lemme. **Psicopedagogia: contribuições para a educação**. Rio de Janeiro: Wak, 2012.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Anais do III COBPIT – Trabalho completo

***Congresso Brasileiro de Pesquisa, Inovação Tecnológica
e Práticas Pedagógicas***

16 a 18 de julho de 2026



Evento online

<https://www.even3.com.br/ii-cobpit-491352/>